

MARIELLE FRANCO: A RESISTÊNCIA NO CAMPO DA BIOPOLÍTICA E DA PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Rafaela Weber Mallmann¹
Ana Paula Kravczuk Rodrigues²

RESUMO

Este texto pretende, a partir dos conceitos de biopolítica, fazer uma análise a respeito da execução da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, morta em 14 de março de 2018, partindo do pressuposto de que sua posição política é um meio de resistência. Discorre-se sobre a repercussão internacional do caso nas mídias e de que modo abriu espaço para a disseminação de *fake news*. Aborda-se, ainda, as lutas de Marielle a favor dos direitos humanos, bem como se esclarece o que são tais direitos e a quem diz respeito esta proteção. A análise baseia-se no resultado parcial referente ao mês de março do Projeto de Pesquisa Mídia e Sociedade: o direito à informação, com o subprojeto Direitos Humanos na internet: um olhar sobre a mulher.

Palavras-chave: Biopolítica; Direitos Humanos; Marielle Franco; Resistência; Mídias.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de biopolítica foi enunciado pela primeira vez numa conferência que Foucault ministrou em 1974 na Universidade Estadual de Rio de Janeiro. A palestra foi publicada em 1977 com o nome de *O nascimento da medicina social* (FOUCAULT, 1989). Nesse texto Foucault aponta um deslocamento significativo nas estratégias de poder, explicando que o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista.

As relações de poder sempre estiveram enraizadas na história das mulheres. Como resultado de interpretações e representações, é estabelecido o pensamento simbólico da diferença entre os sexos. À mulher, destina-se o âmbito privado, ser mãe, esposa dedicada e “rainha do lar, digna de ser louvada e santificada” (COLLING 2014, p. 13). Ao homem, o âmbito público, o provedor do sustento, o *pater familias*.

¹ Acadêmica de Direito; Bolsista de Iniciação Científica Pibic/CNPq do Projeto Mídia e Sociedade: o direito à informação com o Subprojeto Direitos Humanos na Internet: um olhar sobre a mulher, desenvolvido junto ao Mestrado em Direitos Humanos – Unijuí. E-mail: rafa.w.mallmann@hotmail.com

² Bacharela em Direito pela UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: anakravczuk@gmail.com

Com a emancipação feminina a partir dos movimentos feministas, a mulher passa do encarceramento do privado para a vida pública, assumindo assim a condição de dona de si e provedora do próprio sustento, quebrando os parâmetros da sociedade machista e patriarcal. Considerando o cenário atual brasileiro, em que cada vez mais discursos conservadores, machistas, homofóbicos, xenofóbicos, e contra os direitos humanos são disseminados nas mídias, busca-se interpretar, a partir de uma leitura biopolítica, o que a execução da vereadora Marielle Franco representa por meio da resistência perante a sociedade, considerando suas lutas no meio político e social. A análise presente no item 3 referente à repercussão de sua execução, enquadra-se no resultado parcial referente ao mês de março do Projeto de Pesquisa Mídia e Sociedade: o direito à informação, com o subprojeto Direitos Humanos na Internet: um olhar sobre a mulher.

2. LEITURA BIOPOLÍTICA: O QUE É SER MULHER, NEGRA, REPRESENTANTE POLÍTICA E LÉSBICA

Para que se dê início a uma leitura biopolítica sobre o assunto, é necessário discutir o conceito fundante da análise deste texto, ou seja, a biopolítica. Biopolítica é um termo cunhado pelo filósofo francês Michel Foucault para designar a forma na qual o poder se modifica no final do século XIX e no início do século XX. Essa política que usa o dado biológico do indivíduo como forma de controle tem como alvo o conjunto de indivíduos, a população, enquanto o poder disciplinar visava governar o indivíduo em si. Em seu livro *Microfísica do poder*, Foucault explica que para a prática do que ele vai chamar de “biopoder” a população é tanto alvo como instrumento das relações de poder construídas.

Os instrumentos que o governo se dará para obter esses fins [*atendimento as necessidades e desejos da população*] que são, de algum modo, imanentes ao campo da população, serão essencialmente a população sobre o qual ele age (FOUCAULT, 1978, p. 277-293).

Passou-se, então, de um poder soberano que fazia morrer e deixava viver para um novo direito que se instala a partir da máxima de “fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 2010, p. 202). Acrescenta-se a uma técnica de controle dos indivíduos centralmente focadas nos corpos pelas formas de disciplina, vigilância e da normalização, uma técnica que a engloba e a amplia, focando não apenas no corpo do indivíduo, mas na vida. O biopoder dirige-se às populações como forma de intervenção e controle de massas, enquanto questão política, biológica e científica numa espécie de “estatização do biológico”, isto é, gestão de poder focada em populações conforme certos mecanismos de

controle biológico. Estes mecanismos são as previsões, as estimativas, estatísticas, medições globais para intervir nos fenômenos gerais.

A biopolítica, embora tenha um campo de aplicabilidade vasto e controle das populações, atua sobre o sexo e os gêneros, diferenciando e os normalizando, desenvolvendo um grande foco de disputa política. Há o controle sobre o corpo e o modelamento aos critérios dos gêneros feminino e masculino e da sexualidade dos sujeitos conforme os anseios de adequação aos estereótipos de gênero, abrangendo meios políticos e sociais, com o objetivo de produção e reprodução de um modelo de construção social existente. A partir do controle do sexo, “escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações” (FOUCAULT, 1988, p. 159).

Para Foucault, nos últimos dois séculos houve uma “política do sexo”, compondo as técnicas disciplinares com os mecanismos reguladores que incidem sobre os sujeitos em sua individualidade, mas sobre as populações de forma geral de forma a normalizá-los desde a infância. Sobre as mulheres, em especial, a partir da biologização da “histeria”, medicalizou-se intensamente e minuciosamente seus corpos e sua sexualidade, tudo “em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade” (FOUCAULT, 1988, p. 160), isto é, o adestramento dos corpos femininos para as funções de reprodução e para a anulação de sua sexualidade em prevalência à masculina (FOUCAULT, 1988, p. 167).

Para que possamos entender melhor ainda, Judith Butler esclarece que a criação de dois sexos distintos e uniformes implica repressão e punição de qualquer forma de manifestação social de não identidade, de descontinuidade ou incoerência sexual. A afirmação de que um corpo é de determinado sexo não é puramente descritiva, mas sim uma demonstração discursiva “de acordo com princípios de coerência e integridade heterossexualizante, inequivocamente como macho e fêmea” (BUTLER, 2013, p. 99). Ocorre que a coerência imposta nas relações de poder é masculina, ou seja, o feminino é ocultado, apagado a partir da construção do sexo masculino como “um”, como neutro e universal, e o feminino é apenas o reflexo dele (BUTLER 2013, p. 101).

Retomando ao ponto principal, podemos pensar a sexualidade como lugar específico e privilegiado para a discussão da relação entre meio privado e público, vida e política. Considerando que vivemos em época sensível para essa discussão, porém não

podemos fugir desta, visto as recentes e acirradas polêmicas no Congresso Nacional em torno da concepção de família, da igualdade de direitos entre heterossexuais e homossexuais, em torno à legislação sobre o aborto, bem como das polêmicas orquestradas sobre a chamada 'ideologia de gênero'.

Atualmente, a sexualidade se tornou um vórtice que mobiliza a formação de maiorias conservadoras em diversas instâncias legislativas nacionais, as que se uniram para recusar as menções à igualdade de gênero e contra as discriminações por raça, etnia e por orientação sexual no Plano Nacional de Educação, assim como também em diversos documentos educacionais nos níveis municipal e estadual (CÉSAR; SANTOS, 2015). Neste contexto conturbado, julgamos imprescindível retomar a discussão do aparato teórico-crítico proposto por Foucault e Butler para repensar o campo político da sexualidade, pois este é um dos domínios onde se travam batalhas candentes da atualidade.

Consideramos que Michel Foucault e Judith Butler contribuem decisivamente para a formação de uma visão crítica sobre o campo da sexualidade, questionando os efeitos de naturalização das normas sociais hegemônicas, ao mesmo tempo em que ressaltam o potencial político dos movimentos de minorias que fizeram da sexualidade e do gênero seu foco de luta e de resistência.

Temos um importante referencial teórico para compreendermos a centralidade política da sexualidade em Foucault. A partir de suas reflexões, a sexualidade como assunto político é investigada como âmbito de práticas, discursos e identidades socialmente classificados e hierarquizados a partir de critérios de normalidade ou desvio, bem como a partir de variadas estratégias discursivas pelas quais múltiplos dispositivos de poder-saber procuram se apoderar da vida dos sujeitos LGBT. Ademais, Foucault também mostra que a sexualidade constitui solo fértil para compreender a potência política de movimentos de minorias que resistem àquelas ações de captura, controle ou exclusão, constituindo-se como instância privilegiada de produção de novas formas de vida, de experiência e de relação entre sujeitos no presente.

Quanto à Judith Butler, por sua vez, suas reflexões sobre a sexualidade e o gênero ensinam que a chave que estrutura e dá inteligibilidade ao campo complexo das relações entre vida e política no mundo contemporâneo se organiza em torno da divisão entre os corpos e as vidas dignas, que valem a pena ser vividas e que são incentivadas e protegidas,

e os corpos abjetos das vidas indignas, inumanas, aquelas que podem permanecer expostas à máxima vulnerabilidade, precariedade e à própria morte.

Achille Mbembe (2003, p. 11-40), filósofo e cientista social, atualizou o conceito de biopoder de Michel Foucault para fenômenos da periferia do capitalismo, mostrando como a passagem da biopolítica, a produção da vida e da subjetividade pelo capitalismo e seus dispositivos, atinge a necropolítica, uma política centrada na produção da morte em larga escala, visível nas guerras urbanas, territorializadas e também nômades, nas periferias e guetos do mundo contra minorias, migrantes, negros, mulheres.

A necropolítica diz quem deve viver e quem deve morrer, quem são os sujeitos matáveis e que são desprovidos de status político, não-sujeitos reduzíveis ao biológico e ao desumano. Uma série de políticas de extermínio que vemos em ação contra a juventude negra nas periferias do Brasil e do mundo (MBEMBE, 2012, p. 130-139).

O neoliberalismo chegou a um ponto que, para manter os processos de assujeitamento e exploração precisa passar pelo extermínio de grupos, como um sistema neoescravocrata e um capitalismo mafioso. Da exclusão ao extermínio, há o processo que nunca deixou de operar em um Estado que usa a força e a repressão para vender os interesses do capital. Temos aqui duas faces do poder e da produção de subjetividades: as máquinas que se apropriam da potência dos corpos e sujeitos e que não necessariamente proibem, aniquilam e reprimem; o sistema midiático e a sociedade de consumo tal qual conhecemos como poder *soft*, que disputa imaginários, e o necropoder que desumaniza e aniquila.

O mais chocante, e o assassinato de Marielle Franco explicita isso, é perceber quando a máquina de sedução, linguagem e apropriação da potência pode se associar a esse poder de aniquilamento, produzindo mortes reais e mortes simbólicas.

3. A RESISTÊNCIA DE MARIELLE, SUAS LUTAS E A REPERCUSSÃO NAS REDES A PARTIR DE SUA EXECUÇÃO

A análise presente neste item surge do resultado parcial referente ao mês de março do Projeto de Pesquisa Mídia e Sociedade: o direito à informação, com o subprojeto Direitos Humanos na Internet: um olhar sobre a mulher, o qual tem por objetivo reunir informações e analisar a respeito do que circula sobre as palavras - chave “mulher” e

“direitos humanos” nas redes sociais como *Twitter* e *Facebook* e na ferramenta de pesquisa *Google*.

Marielle Franco é mulher, negra, mãe e “cria” da favela da Maré. Socióloga com mestrado em administração pública, foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com 46.502 votos. Trabalhou em organizações da sociedade civil como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm) e coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), junto com Marcelo Freixo. Sua militância em direitos humanos iniciou após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Aos 19 anos, se tornou mãe de uma menina, o que a influenciou a lutar pelos direitos das mulheres e debater este tema nas favelas (MARIELLE, 2018, *On-line*).

Segundo matéria publicada pelo G1 Rio de Janeiro (*On-line*), no dia 14 de março de 2018, quarta-feira, por volta das 21h30 no Bairro do Estácio na Região Central do Rio de Janeiro, 13 tiros são disparados contra o carro em que Marielle se encontrava, sendo atingida por 4 deles. O motorista do veículo, Anderson Pedro Gomes também foi baleado e morreu. A assessora de Marielle foi atingida por estilhaços e encaminhada ao hospital e depois para prestar depoimento. Pouco antes do fato, Marielle havia participado de um evento chamado “Jovens Negras Movendo as Estruturas”, na Rua dos Inválidos, na Lapa.

A partir de um cronograma das atividades de Marielle no dia da execução, a investigação divulgada pelo G1 São Paulo (*On-line*) no dia 15 de março demonstra que o carro em que se encontrava foi perseguido. Inicia-se a contagem por volta das 19h, quando Marielle chega à Casa das Pretas, na Rua dos Inválidos, na Lapa, para mediar um debate promovido pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol) com jovens negras. Conforme dispõe imagens obtidas pela polícia, um Cobalt com placa de Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense, está parado próximo ao local. Quando Marielle chega, um homem sai do carro e fala ao celular. Por volta das 21h, Marielle deixa a Casa das Pretas com uma assessora e Anderson. Pouco depois, um Cobalt também sai e segue o carro de Marielle. No meio do trajeto, outro carro, de características ainda não divulgadas até o momento de produção deste texto, se junta ao Cobalt na perseguição ao veículo de Marielle. Por volta das 21h30, na Rua Joaquim Paranhos, no Estácio, um veículo emparelha com o carro de Marielle e faz 13 disparos: 9 acertam a lataria e 4, o vidro.

Quanto aos instrumentos usados na execução, a arma foi uma pistola 9 mm, e os tiros foram disparados a uma distância de 2 metros, a munição pertencia a um lote vendido para a Polícia Federal de Brasília em 2006, a polícia recuperou 9 cápsulas no local do crime. O ministro da Segurança diz que as balas foram roubadas na sede dos Correios na Paraíba, "anos atrás". O Ministério da Segurança afirma, por sua vez, que a agência dos Correios na Paraíba foi arrombada e assaltada em julho de 2017 e que no local foram encontradas cápsulas do mesmo lote de munição. O lote é o mesmo de parte das balas utilizadas na maior chacina do estado de São Paulo, em 2015, e também nos assassinatos de 5 pessoas em guerras de facções de traficantes em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio. Segundo a polícia, os assassinos observaram Marielle antes do crime, porque sabiam exatamente a posição dela dentro do carro. A vereadora estava sentada no banco traseiro – algo que não costumava fazer – e o veículo tem vidros escurecidos. A polícia acredita que o carro dela foi perseguido por cerca de 4 km. Os criminosos fugiram sem levar nada (G1, São Paulo, *On-line*).

A repercussão do caso é internacional. Devido à distribuição da agência de notícias Associated Press (AP), o caso foi divulgado nos jornais The New York Times, The Washington Post e na rede ABC News, todos nos Estados Unidos. O texto da AP foi reproduzido nos portais de internet desses veículos de imprensa norte-americanos, e remete o caso a um assalto (já no Brasil fala-se em execução). “Um membro do conselho da cidade e seu motorista foram mortos a tiros por dois assaltantes não identificados em uma rua no centro, no Rio de Janeiro, a segunda maior cidade do Brasil, onde militares foram convocados há um mês após uma onda de violência” (*On-line*), diz o texto da AP nos sites do NYT, Washington Post e ABC.

A televisão estatal Televisión del Sur, a "Telesur", com sede na Venezuela, também destacou a morte da vereadora, assim como o "Clarín", um dos principais jornais da Argentina que também deu destaque à notícia, enfatizando as denúncias que haviam sido feitas pela vereadora nos últimos dias. No site do jornal britânico “The Guardian” tem como título da reportagem “Marielle Franco, vereadora e crítica da polícia, é executada a tiros no Rio”. “O texto cita a entrevista de dois policiais à Associated Press em que eles disseram que Marielle foi vítima de uma execução. O jornal lembra que ela era especialista na análise de violência policial e que no sábado havia acusado militares de serem muito agressivos na abordagem de moradores de favelas controladas por gangues” (G1, *On-line*).

Famosos e intelectuais também manifestaram sobre a morte de Marielle (*G1On-line*). Caetano Veloso publicou uma homenagem em um vídeo em que interpreta sua música “Estou triste”, usando no texto hashtags “Luto por Marielle” e “Marielle Presente”. A cantora Teresa Cristina também prestou homenagem à Marielle. “Difícil pensar alguma coisa nesse momento de tanta dor. Que os familiares de Marielle Franco encontrem algum conforto diante de tamanha brutalidade”, assim como a atriz Mônica Iozzi, que em uma postagem, contou que conhecia Marielle. “Ela lutava pela paz, por oportunidades iguais para todos. Denunciava a corrupção na câmara, na polícia...”, escreveu. Os atores Debora Bloch, Mateus Solano, Fabiana Karla e Julia Konrad, o cantor Emicida, a jornalista Carol Barcellos, as cantoras Elza Soares, Marisa Monte, Karol Conka, entre outros tantos artistas e intelectuais, também se manifestaram nas redes sociais e convidaram para alguns atos de manifesto que estão ocorrendo em todo o Brasil.

Pela dimensão que representa a morte de Marielle, com total comoção internacional, surge nas redes sociais o lado negativo das manifestações. Notícias falsas (também conhecidas como *fake news*) começam a ganhar repercussão e muitos se questionam sobre a veracidade de algumas informações, enquanto outros criam pré conceitos e manifestam julgamentos à Marielle nas redes.

No site de Marielle Franco, na seção A Verdade (*On-line*) foram publicadas algumas notícias falsas que circularam corrigindo-as, também com a opção de quem tiver recebido outras, poder denunciar na própria página. A primeira *fake News* é que “Marielle era ex do Marcinho VP”, o site diz que “Marielle Franco nunca foi casada, nem teve relacionamento ou engravidou de Marcinho VP, seja o Márcio Amaro de Oliveira, traficante do Morro Santa Marta, ou Márcio dos Santos Nepomuceno, traficante do Complexo do Alemão”.

A segunda *fake News* é que “Marielle foi eleita pelo comando vermelho”, desmentindo, seu site afirma que a mesma nunca fez parte de qualquer facção criminosa. Não havendo qualquer motivo de relacionar a eleição de Marielle ao tráfico, visto que foi eleita vereadora com 46,5 mil votos. Aponta para os dados, em que a maior parte dos votos vieram da Zona Norte, cerca de 47% do total, seguidos da Zona Sul (34%), Zona Oeste (18%) e Centro (1%). Na região de Bonsucesso, que abarca os eleitores da Maré, Marielle teve 7% dos seus votos. “Todas as suas contas de campanha foram aprovadas pelo

Tribunal Regional Eleitoral. Fizemos uma linda campanha, nas ruas, nas redes, nas favelas, com apoio da população e de personalidades” afirma o site (MARIELLE, *On-line*).

A terceira notícia desmentida é a de que “Marielle era usuária de maconha”. “Marielle Franco não era usuária de maconha nem de qualquer outra droga” afirma seu site, complementando que “isso nunca a impediu de lutar por nova política de drogas”, pois tinha convicção de que “é necessário superar a lógica do confronto armado, que mata negros, pobres e favelados todos os dias. Essa suposta ‘guerra às drogas’ tornou-se, ao longo de décadas, fonte de violência, desigualdade e corrupção”.

Por quarto tem-se que Marielle engravidou aos 16 anos, o que é mentira, pois sua gestação aconteceu quando tinha de 18 para 19 anos. Seu site complementa afirmando que “mesmo que tivesse engravidado aos 16 anos, deveria ser respeitada e acolhida”. Por fim, a notícia de que “Marielle defendia bandido”, é desmentida afirmando que ela nunca defendeu qualquer ato criminoso ou fora da lei. Mas que lutou para que nenhum assaltante ou infrator seja torturado, amarrado a postes e executado. “Defender isso é defender a garantia da nossa Constituição. Não é ‘defender bandido’, é defender que a lei seja cumprida. Justiça é diferente de vingança. A lei e o Estado existem para que não exista a barbárie” (MARIELLE, *On-line*).

Marielle representava a mulher negra, pertencente à comunidade LGBT e mãe. Sua posição na política era de resistência. Se para mulheres brancas ocuparem cargos políticos é um número reduzido, para mulheres negras é tão ínfimo que demonstra uma herança da cultura da escravista. Davis (2016, p. 17) afirma que “o espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante a escravidão”. Qualquer aspecto da existência destas mulheres era ofuscado pelo trabalho, pois na condição de escravas, o ponto de partida para sua exploração seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. O povo negro era considerado propriedade dos homens brancos, por serem uma unidade de trabalho lucrativa, sendo assim, “poderiam ser desprovidos de gênero” (DAVIS, 2016, p.17).

Stampp (1956, p.343) afirma que “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa” Por volta do século XIX, cresce uma ideologia da feminilidade, enfatizando o “papel das mulheres como mães, protetoras, parceiras e donas de casa

amáveis para seus maridos. As mulheres negras eram praticamente anomalias” (DAVIS, 2016, p.18).

A típica escrava era uma trabalhadora doméstica, cozinheira, arrumadeira ou *mammy* (a babá, cuidadora de crianças denominada atualmente). Embora o Brasil não permita mais qualquer meio de escravidão, nota-se resquícios muito presentes desta cultura passada. Fala-se em resistência de Marielle, pois ela superou todo o preconceito presente na sociedade e entrou como mulher e negra para a política sendo eleita com 46.502 votos. Marielle superou as barreiras do privado e lutou por igualdade, reconhecimento e os direitos humanos dos povos nas favelas.

Não é a toa que a repercussão de sua morte se deu em âmbito internacional e gerou tantos comentários e notícias falsas, o que demonstra grupos conservadores que não aceitam o fato de uma mulher, negra, membra da comunidade LGBT e mãe ter sido eleita com tantos votos e defender os direitos humanos. Para muitos ela ‘defendia bandido’, o que demonstra total falta de conhecimento a respeito do que são os direitos humanos e a quem abarca sua proteção.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo II dispõe que “Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie [...]” (DUDH, *On-line*). Desconsiderando raça, cor, sexo ou qualquer outra característica identitária, visto que possui caráter universal.

Para tanto, trata-se do reconhecimento da humanidade do homem, independente da cultura e tradições de determinados grupos. Lucas (2013, p.23) explica que a “coexistência moral de todos os homens, independentemente do pertencimento a determinada condição histórico-cultural, deve orientar, de forma direta, a compreensão, também moral, dos direitos humanos”. Considera que esses direitos devem “levar o homem à reflexão sobre a sua condição última enquanto ser universal, fortalecendo a compreensão acerca de sua existência singular e elevando o tratamento jurídico de suas relações a um mínimo ético”.

Sendo assim, Marielle lutava pelo reconhecimento da igualdade dos povos nas favelas. Não era no intuito de exaltar sua existência como melhores, mas também não como piores, sempre no sentido do que diz a DUDH e a própria Constituição Federal de 1988, em seu art 5º ao explicar os direitos fundamentais, garante que “todos são iguais

perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...” (FEDERAL, Constituição, 2016 p.9). A busca por esta igualdade se deu no sentido de lutar contra ações arbitrárias da polícia, invadindo casas e perseguindo pessoas por sua condição de ser negra. Deu-se com projetos de lei (MARIELLE, *On-line*) contra o assédio nos transportes públicos, assim como para criação de Casas de Parto na rede municipal de saúde do Rio de Janeiro, de um espaço Infantil Noturno, para mães e pais que trabalham á noite deixarem suas crianças seguras, projetos para Fazer Valer o Aborto no Rio, pois muitos hospitais não oferecem assistência ao aborto em casos de anencefalia, estupro e risco de morte para a mulher.

A execução de Marielle pode ser vista do campo da biopolítica como uma maneira de controle sobre o gênero feminino, levando à reflexão de que por ser mulher, membra da comunidade LGBT e negra, Marielle não pertencia ao local em que estava, retomando um estereótipo da sociedade heteronormativa, em que se busca controlar o corpo e a sexualidade de modo que quem for considerado fora do ‘padrão’ é retirado de cena.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo feminino é uma construção tanto histórica quanto filosófica, médica, pedagógica, psicológica e jurídica. Conforme os variados discursos articulam-se ainda que de maneira imperceptível, todos receitam o que é ser homem e o que é ser mulher, assim como os “papéis sociais designados a ambos: descrevem como se fazem as mulheres em determinada cultura; como se faz um corpo sexuado feminino” (COLLING, 2014, p.17).

Esses papéis sociais culturalmente designados repercutem na sociedade de maneira negativa, marginalizando quem não se encaixa nos padrões criados. A execução de Marielle é representativa na medida em que ao ser mulher, mãe, membra da comunidade LGBT e negra, participava de um cargo político, fazendo parte do âmbito público, sendo um exemplo de resistência em seu meio.

A partir do relatório policial, tem-se a probabilidade de que sua morte foi uma execução. Marielle lutava pelos direitos humanos, buscava igualdade de tratamento à população que vive nas favelas e possuía diversos projetos de leis e atividades que promoviam melhores condições de vida e a busca pela dignidade humana de cada indivíduo.

É importante considerar a influência que os meios de comunicação possuíram no momento de noticiar a execução, levando à repercussão internacional. Com a dimensão dos fatos, abriu-se espaço para o surgimento das *fake news*, que imediatamente circularam por todos os meios midiáticos, tendo muitas delas sido desmentidas por meio do site de Marielle Franco. Buscou-se dessa maneira refletir a respeito do que são os direitos humanos que Marielle lutava, e constata-se que há muitos pré-conceitos na sociedade que respaldam na falta de conhecimento sobre o que se trata tais direitos. Considera-se, portanto, necessário investir em uma educação para os direitos humanos, de modo que todos possam sentir-se inseridos neste rol de proteção e que assim compreendam a universalidade de que tratam.

Marielle Franco performou uma trajetória de superação que os brancos apreciam contar para dizer que temos todos as mesmas oportunidades. Marielle superou o contexto onde foi criada (a favela), o racismo, o machismo; fez uma universidade, se formou, foi eleita com votação extraordinária e se tornou representante parlamentar de um contingente de pessoas e grupos, vereadora do Rio de Janeiro. Fez todo o percurso singular e raro, ‘a jornada do herói’. O Brasil não para de produzir autopredições macabras que, anunciadas diariamente, buscam intimidar, calar e violar. Entretanto, alguns corpos e sujeitos estão na linha de frente desse massacre, mesmo aqueles que ‘venceram’ a corrida de obstáculos de um capitalismo neoescravocrata (já que a meritocracia não apaga o racismo). #mariellepresente.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CÉSAR, M. R. de A.; SANTOS, D.. (Des)politizando gênero e diversidade sexual nas conferências de educação. In: DA SILVA, P. V. B.; DIAS, L. R.; TRIGO, R. A. E. (Org.). **Educação e Diversidade: Justiça social, inclusão e direitos humanos**. Curitiba: Editora Appris, 2015

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUDH. **Declaração Universal de Direitos Humanos**. Disponível em: www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf Acesso em: 01 de abril de 2018.

Foucault, M. A governamentalidade. Em Michael Foucault, **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. **A história da sexualidade**. A vontade do Saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FEDERAL, Senado. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Secretaria de Editoração e Publicações, 2016.

G1 Rio de Janeiro. **Morte de vereadora no Rio repercute na imprensa internacional**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/morte-de-vereadora-no-rio-repercute-na-imprensa-internacional.ghtml> Acesso em: 02 de abril de 2018.

G1. Pop & Arte. **Famosos e intelectuais repercutem morte da vereadora Marielle Franco, no Rio**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/famosos-e-intelectuais-repercutem-morte-da-vereadora-marielle-franco-no-rio.ghtml> Acesso em: 02 de abril de 2018.

G1 Rio e TV Globo. João Ricardo Gonçalves, Leslie Leitão, Marina Araújo e Patricia Teixeira, **Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml> Acesso em: 01 de abril de 2018.

LUCAS, Douglas Cesar. **Direitos Humanos e Interculturalidade: um diálogo entre a igualdade e a diferença**. Ijuí: Unijuí, 2013

Marielle Franco. **Quem é Marielle?** Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora> Acesso em: 02 de abril e 2018.

Marielle Franco. **A Verdade**. Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/averdade> Acesso em: 02 de abril e 2018.

Marielle Franco. **Projetos de Lei**. Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/projetos-de-lei-marielle-rio> Acesso em: 02 de abril de 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics**. Public Culture, 15, 2003.

_____. **Necropolítica, una revisión crítica**. In: GREGOR, Helena Chávez Mac (Org.). Estética y violencia: Necropolítica, militarización y vidas lloradas. México: UNAMMUAC, 2012.

STAMPP, Kenneth M. **The Peculiar Institution: Slavery in the Antebellum South**. Nova York, Vintage: 1956.

TRIGO, R. A. E. (Org.). **Educação e Diversidade**: Justiça social, inclusão e direitos humanos. Curitiba: Editora Appris, p. 163-178.